



**Município
de Taió**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO**

Edital de Chamamento Público nº 01/2021

A **CÂMARA MUNICIPAL DE TAIÓ**, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993, torna público que receberá documentação para o credenciamento de instituições financeiras interessadas na concessão de crédito pessoal, mediante consignação em folha de pagamento, em condições especiais, com redução de juros praticados, aos servidores públicos ativos (titulares de cargos efetivos e de empregos públicos permanentes), bem como aos ocupantes de empregos em comissão e de cargos eletivos da Câmara Municipal de Taió, através de celebração de Termo de Credenciamento (Anexo I), conforme especificações constantes neste **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2011**.

1- DO OBJETO

1.1 Credenciamento de instituições financeiras interessadas na concessão de crédito pessoal, mediante consignação em folha de pagamento, em condições especiais, com redução de juros praticados, aos servidores públicos ativos (titulares de cargos efetivos e de empregos públicos permanentes), bem como aos ocupantes de empregos em comissão e de cargos eletivos da Câmara Municipal de Taió, através de celebração de Termo de Credenciamento (Anexo I), conforme especificações constantes neste Edital.



Município de Taió

2. DA FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E/OU ESCLARECIMENTOS

2.1. Os pedidos de informações, consultas ao processo e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto deste chamamento deverão ser encaminhados à Comissão Permanente de Licitações (Setor de Licitações e Contratos) localizado na Rua Coronel Feddersen, 1640, Centro, CEP: 89.190-000, Taió/SC, presencialmente, das 9:00 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas ou ainda por e-mail: contabil@taio.sc.leg.br Maiores informações ainda poderão ser obtidas através dos seguintes telefones: (47) 3562-0662 / (47) 3562-2828.

2.2. As respostas aos eventuais pedidos de informações, consulta ao processo e esclarecimentos estarão disponíveis aos interessados no site da Câmara Municipal de Taió < www.taio.sc.leg.br >.

3 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

3.1. Poderão participar deste processo todas as instituições financeiras que atenderem as exigências contidas neste edital e seus anexos e:

Sociedades cooperativas de créditos, regidas pela Lei Federal nº 5.764/71, devidamente registradas junto ao Banco Central do Brasil;

Instituições Financeiras Públicas e Privadas;

Órgãos da Administração Pública direta e indireta instituídos pelo Poder Público de qualquer nível de governo.

3.2 As instituições financeiras interessadas poderão protocolar requerimento de inscrição para o credenciamento (**ANEXO II**), aderindo às condições deste edital (**ANEXO III**), juntando a documentação e indicando o (s) representantes (s) credenciados (s) para praticar todos os atos necessários em seu nome em todas as etapas.

3.21 Os **ANEXOS II e III** deverão ser entregues fora do envelope de documentação.

3.3 Ao protocolar sua inscrição para o credenciamento a instituição financeira aceita e se obriga a cumprir todos os termos do presente edital.

3.4. O envelope deverá conter a documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação econômico-financeira, à regularidade fiscal e ao cumprimento do disposto no artigo 7º, inciso XXXII, da Constituição Federal, em conformidade, com previsto a seguir:

3.4.1 A documentação relativa à **habilitação jurídica** consiste em:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto social, contrato social ou sua consolidação e posteriores alterações contratuais, devidamente registradas na junta comercial, em vigor e, no caso de sociedade por ações, acompanhado da ata de eleição de sua atual administração, registrados e publicados;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Cédula de Identidade.

3.4.2 A documentação relativa à **regularidade fiscal e trabalhista** consiste em:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (C.N.P.J.);
- b) Prova de Regularidade, mediante certidão conjunta negativa, inclusive quanto ao INSS e débitos relativos a créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União instituída pela Portaria RFB/PGFN nº 1.751/2014;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, consistente na apresentação de certidão que comprove regularidade fiscal junto ao Estado ou Distrito Federal;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da empresa licitante, consistente na apresentação de certidão de regularidade de débitos municipais mobiliários;
- e) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, nos termos da Lei Federal n.º 12.440/2011.

g) Declaração de comprovação de regularidade perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo **ANEXO IV** deste edital.

3.4.3 A documentação relativa à **qualificação econômico-financeira** consiste em:

a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da instituição financeira, com prazo de expedição inferior a 90 (noventa) dias corridos da data da apresentação do mesmo.

3.4.4 A documentação relativa à **qualificação técnica** consiste em:

a) declaração formal de disponibilidade operacional no Município de Taió/SC.

3.5 Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa e certidões positivas, que noticiem que os débitos certificados estão garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

3.6. Somente serão credenciados os interessados que apresentarem, além de toda a documentação exigida, ramo de atividade pertinente ao objeto deste edital.

3.7. A documentação exigida para o credenciamento poderá ser apresentada no original, por qualquer processo de cópia autenticada preferencialmente por Tabelião ou por servidor da Câmara ou, ainda, publicação em órgão de imprensa oficial.

3.8. No documento em que não houver prazo de validade assinalado, serão considerados válidos os emitidos até 90 (noventa) dias corridos da data da apresentação do mesmo;

3.9. No caso de documentos emitidos por meio de sistema eletrônico, a aceitação fica condicionada à verificação de autenticidade pela Internet.

3.10. Não serão aceitos protocolos ou quaisquer outras formas de apresentação que não sejam as exigidas neste edital.

3.11 Não será admitida neste credenciamento a participação de empresas:

- a) Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- b) Possuir em seu Contrato Social ou Estatuto finalidade ou objeto incompatível com o objeto deste Edital.

4. DO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

4.1. Os envelopes lacrados deverão conter a documentação necessária à habilitação, contendo na parte externa a seguinte identificação:

<p>CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2021 ENVELOPE DE DOCUMENTAÇÃO DENOMINAÇÃO DA EMPRESA PARTICIPANTE CNPJ Nº _____ TELEFONE: () _____ E-mail: _____</p>
--

4.2. O recebimento da documentação ocorrerá no período de **01/03/2021 a 12/032021**, no Setor da Contabilidade da Câmara Municipal de Taió localizado na Rua Coronel Feddersen, 1640, Centro, CEP: 89.190-000, Taió/SC, das 9:00 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas.

4.3. A Comissão Permanente de Licitação receberá o envelope contendo a documentação apresentada pelos interessados, mediante protocolo.

4.4. A Comissão conferirá os documentos no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data final de entrega dos envelopes.

4.5. Caso a documentação apresentada pela instituição financeira interessada esteja incorreta e/ou incompleta, será admitida a sua complementação, no prazo de até 10 (dez) dias a partir da data de recebimento da solicitação, podendo eventualmente ser prorrogado a critério da Comissão.

4.6. A Comissão divulgará as instituições financeiras aptas ao credenciamento, através de publicação na imprensa oficial e no sítio oficial da Câmara Municipal Taió www.taio.sc.leg.br.

5. DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

5.1. As Instituições Financeiras declaradas credenciadas, na forma deste edital, poderão firmar termo de credenciamento com a Câmara Municipal de Taió nos termos da minuta que integra o presente edital (Anexo I), como condição para a concessão de crédito consignado.

5.2. O termo de credenciamento deverá propiciar condições especiais de crédito aos servidores públicos ativos (titulares de cargos efetivos e de empregos públicos permanentes), bem como aos ocupantes de empregos em comissão e de cargos eletivos da Câmara Municipal de Taió, com redução das taxas de juros praticadas pela instituição financeira.

5.3. A celebração do termo de credenciamento deverá ser precedida da comprovação das condições de habilitação e qualificação exigidas, nos termos da legislação vigente.

6. DO PRAZO

6.1. O termo de credenciamento será celebrado pelo prazo de (48) quarenta e oito meses, podendo ser rescindido a qualquer tempo, mediante manifestação formal, mantendo-se, porém, em pleno vigor as obrigações assumidas pela Câmara Municipal de Taió, até a efetiva liquidação dos empréstimos concedidos.

6.2. As instituições financeiras credenciadas serão convocadas para, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de o recebimento da notificação assinar o Termo de Credenciamento, sob pena de caracterizar sua desistência ao ato.

7. DAS CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Na contratação de empréstimo pessoal, firmada por servidores junto as instituições financeiras credenciadas na forma deste edital, deverão ser observadas as normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil, bem como as disposições pertinentes do Código Civil, Código de Defesa do Consumidor e legislação correlata.

7.2. A contratação de empréstimo constitui operação firmada exclusivamente entre a instituição financeira e o beneficiário, cabendo unicamente a essas partes zelarem pelo seu cumprimento.

7.3. Cada servidor ficará responsável, direta e individualmente, pelo contrato que assinar com a instituição financeira que escolher e pelos atos que expressamente autorizar ou consentir. Por sua vez, a instituição financeira por ele contratada responderá pelo cumprimento da legislação e por qualquer dano ou prejuízo reclamado pelo beneficiário.

7.4. A Câmara Municipal de Taió não responde, em nenhuma hipótese, pelos débitos contratados por seus servidores, nem pelas condições oferecidas pela instituição financeira, restringindo sua responsabilidade à mera averbação dos valores autorizados pelo beneficiário e ao repasse à instituição financeira em relação às operações livremente convencionadas.

7.5. A instituição financeira será responsável exclusiva e integralmente pela operação financeira e pela utilização de pessoal para sua execução, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a Câmara Municipal de Taió.

7.6. A instituição financeira deverá cumprir as obrigações previstas no Termo de Credenciamento, cuja minuta faz parte integrante deste edital, como Anexo I.

7.7. No caso de descumprimento das condições de credenciamento ou de infração às cláusulas do Termo de Credenciamento, a Câmara Municipal poderá promover o descredenciamento da instituição financeira, após o exercício do contraditório e ampla defesa, porém respeitando os já firmados até que se finalizem as parcelas vincendas ou se proceda à quitação antecipada, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação federal e municipal incidente.

7.8. Nos casos em que não se processar o pagamento por força de afastamento, exoneração ou qualquer situação funcional que acarrete a exclusão do servidor da folha, fica a Câmara Municipal de Taió eximida de qualquer responsabilidade quanto a não efetuação do desconto, devendo a mesma informar mediante ofício encaminhado a instituição, que o servidor não faz mais parte do quadro de Servidores/Vereadores.

8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS RECURSOS

8.1. Nos termos do artigo 41 e 109 da Lei Federal nº 8666/1993 é facultada a interposição de:

8.1.1 Impugnação ao edital, pela empresa licitante interessada, em face de vícios ou irregularidades porventura nele existentes.

8.1.2 Recurso, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato ou da lavratura da ata pela Comissão Permanente de Licitação e Julgamento dos seguintes atos:

a) Julgamento do Chamamento Público, dirigido à Comissão Permanente de Licitação que poderá reconsiderar a decisão ou mantê-la e fazê-la subir ao Senhor Presidente desta Edilidade para decisão final.

b) Da anulação ou revogação do Chamamento Público dirigida ao Senhor Presidente desta Edilidade que poderá reconsiderar a decisão ou mantê-la.

8.2 As contrarrazões poderão ser propostas pelos interessados no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da publicação das vistas do recurso administrativo proposto.

8.3 Não serão acolhidas as impugnações e/ou recursos apresentados fora do prazo legal.

8.4 O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.5 As razões de impugnação ao edital, as razões do recurso e as contrarrazões, quando propostas, deverão ser formalizadas por escrito e devem ser protocoladas junto ao Setor de Contabilidade localizado na Rua Coronel Feddersen, 1640, Centro, CEP: 89.190-000, Taió/SC, das 9:00 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. É facultada à Comissão Permanente de Licitação, em qualquer fase do certame, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo de credenciamento.

9.2. As empresas credenciadas deverão fazer o acompanhamento, realizando ajustes necessários à adequação do objeto.

9.3. As disposições contidas no Termo de Credenciamento (Anexo I) poderão ser modificadas, complementadas e/ou adaptadas, mediante mútuo consenso entre a Câmara Municipal de Taió e a instituição financeira, desde que sejam mantidos e garantidos os preceitos que norteiam o presente termo de credenciamento.

9.4. Será descredenciada, a qualquer tempo, a empresa que não mantiver, durante a vigência do termo de credenciamento, as mesmas condições de habilitação que possibilitaram o seu credenciamento, ou, ainda, aquela cujo termo de credenciamento venha a ser rescindido, nas hipóteses previstas no respectivo instrumento.

9.5. A qualquer tempo é facultado a Câmara Municipal de Taió, se necessário, modificar o Edital, hipótese em que será efetuado a divulgação de novo aviso na imprensa oficial, com restituição de todos os prazos.

9.6 A Câmara Municipal de Taió poderá revogar o chamamento por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (artigo 49 da Lei Federal nº 8666/1993).

9.7. A Câmara Municipal de Taió poderá a seu critério realizar novos chamamentos públicos para mesma finalidade, independentemente de já existirem instituições financeiras devidamente credenciadas, respeitando-se, neste caso, os pactos já celebrados, os quais permanecerão inalterados.

10. São partes integrantes deste Edital:

- a) ANEXO I - Minuta de Termo de Credenciamento;**
- b) ANEXO II – Modelo para Ficha de Inscrição;**
- c) ANEXO III - Declaração de inexistência de fato impeditivo.**
- d) ANEXO IV – Modelo de Declaração referente ao artigo 7º XXXIII da Constituição Federal.**

Taió, 24 de fevereiro de 2021.

24/02/2021

X William Henrique Noriller

Assinado por: WILLIAM HENRIQUE NORILLER:08170222958

WILLIAM HENRIQUE NORILLER
PRESIDENTE



**Município
de Taió**

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2021

ANEXO I – MINUTA DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

**TERMO DE CREDENCIAMENTO QUE ENTRE SI
FORMALIZAM DE UM LADO A CÂMARA
MUNICIPAL DE TAIÓ E DE OUTRO A
EMPRESA.....**

Edital de Chamamento Público nº 01/2021

Termo de Credenciamento nº ____/____

A **CÂMARA MUNICIPAL DE TAIÓ**, situada a Rua Coronel Feddersen, nº 1640, Bairro Centro, nesta cidade e comarca, Estado de Santa Catarina devidamente inscrita no CNPJ (MF) sob n.º 79.372.660/0001-53, neste ato representada por seu Presidente, Vereador _____, portador da Cédula de Identidade RG nº _____, inscrito no CPF (MF) sob nº _____, residente e domiciliado à _____, doravante denominada simplesmente "**CRENCIADORA**", e do outro lado, na qualidade de "**CRENCIADA**" a empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º _____/____-., e Inscrição Estadual n.º _____, sediada à Rua _____, n.º _____, bairro _____, cidade de _____, neste ato representada por _____, as quais convencionaram assinar, na presença das testemunhas no final nomeadas tendo como representante legal Sr. (a) _____ portador da Cédula de Identidade de RG nº _____ e do CPF nº _____, residente e domiciliado à Rua _____ n.º _____, bairro _____, cidade de _____, resolvem firmar o presente Termo de Credenciamento com fulcro na Lei nº 8.666/93 no que for aplicável a espécie, e ainda combinada com as demais normas de direito pertinentes e no que consta no **Edital de Chamamento Público nº 01/2021, Termo de Credenciamento nº ____/____** mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente termo de credenciamento tem por objeto estabelecer os procedimentos a serem observados na concessão de crédito pessoal, mediante consignação em folha de pagamento, em condições especiais, com redução de juros praticados, aos servidores públicos ativos (titulares de cargos efetivos e de empregos públicos permanentes), bem como aos ocupantes de empregos em comissão e de cargos eletivos da Câmara Municipal de Taió, através de celebração de Termo de Credenciamento, conforme especificações constantes neste Edital.

Parágrafo Primeiro: Cada processo de crédito será tratado de forma individual, ou seja, cada servidor da **CRENCIADORA** será responsável diretamente pelo contrato de crédito que assinar e responderá por todas as questões inerentes ao mesmo.

Parágrafo Segundo: O desconto efetuado no pagamento não poderá exceder 30% (trinta por cento) do valor da remuneração líquida mensal percebida pelo servidor.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CRENCIADORA:

I - Recepcionar e remeter os arquivos e documentos necessários à operacionalização deste Termo de Credenciamento, mediante recibo;

II - Averbar em folha de pagamento o valor das prestações dos empréstimos concedidos, em favor da **CRENCIADA**;

III - repassar à **CRENCIADA**, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao desconto, o total dos valores averbados;

IV - Informar a data do crédito de salário dos servidores, quando a mesma não se realizar até o dia 30 (trinta) de cada mês;

V - Comunicar à **CRENCIADA**, mensalmente, até a data do crédito de salário, os servidores que não sofreram desconto ou que suportaram desconto inferior ao solicitado no arquivo enviado, indicando o motivo;

VI - Acatar os parâmetros e normas operacionais da instituição vigentes e sua programação financeira;

VII - indeferir pedido efetuado por servidor sem a ciência da CREDENCIADA, de cancelamento das averbações das prestações do empréstimo, até o integral pagamento do débito.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA:

I – Conceder empréstimo, observadas suas normas operacionais vigentes e sua programação financeira, garantindo condições especiais aos servidores da **CREDENCIADORA** respeitadas as condições mínimas estabelecidas neste Termo de Credenciamento;

II - Notificar o servidor que deverá comparecer junto à agência da CREDENCIADA, na ocorrência de desligamento ou outro motivo que acarrete a sua exclusão da folha de pagamento, bem como da redução de sua margem consignável e consequente alteração do valor descontado, a fim de negociar o pagamento da dívida;

III - Encaminhar ao Setor de Recursos Humanos da **CREDENCIADORA**, preferencialmente, para o e-mail: contabil@taio.sc.leg.br, até o dia 15 (quinze) do mês anterior ao desconto, ofício especificando o banco, a agência e o número de conta a serem depositados os valores, a relação dos servidores que firmaram empréstimo com a **CREDENCIADA**, que deverão ter o desconto de empréstimo em folha de pagamento no mês em vigor e o respectivo valor a ser descontado, e as autorizações de desconto assinadas pelos mesmos, em arquivo eletrônico no formato PDF, ou, presencialmente, na forma física, na Câmara Municipal de Taió, Rua Coronel Feddersen, 1640, Centro, CEP: 89.190-000, Taió/SC .

IV – Providenciar as exclusões no extrato ou arquivo de averbação, de servidores, de acordo com as informações e solicitações da **CREDENCIADORA** nas situações previstas neste Termo de Credenciamento;

V - Fornecer a posição de dívida atualizada para liquidação/amortização antecipada dos empréstimos, quando solicitado pelo servidor, por ocasião da rescisão de contrato de trabalho do servidor ou qualquer outro afastamento sem remuneração;

VI – Manter sob sua guarda, até a liquidação do empréstimo, na condição de fiel depositária, o respectivo documento de outorga a CREDENCIADORA, por parte do servidor devedor, de autorização de caráter irrevogável, para a consignação das prestações contratadas em folha de pagamento, podendo a referida outorga fazer parte de cláusula específica do contrato de empréstimo.

CLÁUSULA QUARTA – DA DATA DO PAGAMENTO DOS VENCIMENTOS: O crédito de salário dos servidores da **CREDENCIADORA** ocorrerá até o dia 30 (trinta) de cada mês, podendo esta alterá-la de forma superveniente.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO: O presente Termo de Credenciamento vigorará pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses, podendo quaisquer das partes rescindi-lo, conforme previsão contida na cláusula sétima.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO: A execução do presente Termo de Credenciamento poderá ser suspensa quando ocorrer o descumprimento de qualquer obrigação estipulada neste instrumento ou, ainda, quando a **CREDENCIADA** deixar de preencher os requisitos exigidos para o seu credenciamento.

Parágrafo Primeiro: Fica facultado à **CREDENCIADA** suspender a execução do Termo de Credenciamento quando:

- a) a **CREDENCIADORA** não repassar à instituição os valores averbados no prazo de até 10 (dez) dias úteis do mês subsequente ao desconto;
- b) houver mudanças na política governamental ou operacional da instituição, que recomendem a suspensão das contratações, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Segundo: A suspensão da execução do Termo de Credenciamento não desobriga a CREDENCIADORA de continuar realizando as averbações das prestações e os repasses devidos até a liquidação de todos os contratos celebrados.

Parágrafo Terceiro: O Termo de Credenciamento terá a sua execução restabelecida após a regularização das pendências que motivaram a suspensão.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO: O presente Termo de Credenciamento poderá ser denunciado a qualquer tempo, mediante manifestação formal, mantendo-se, porém, em pleno vigor as obrigações assumidas pela **CRENCIADORA**, até a efetiva liquidação dos empréstimos concedidos.

Parágrafo Único: A partir da data de recebimento da denúncia, serão suspensas novas concessões de empréstimos.

CLÁUSULA OITAVA: A **CRENCIADORA** não responde, em nenhuma hipótese, pelos débitos contratados por seus servidores, nem pelas condições oferecidas pela **CRENCIADA**, restringindo sua responsabilidade à mera averbação dos valores autorizados pelo beneficiário e ao repasse à instituição financeira em relação às operações livremente convencionadas.

CLÁUSULA NONA: A gestão deste Termo de Credenciamento por parte da **CRENCIADORA** será exercida pelo Setor de Recursos Humanos.

CLÁUSULA DÉCIMA: O presente Termo de Credenciamento sujeita-se à Lei Federal nº 8666/1993 em sua atual redação, às cláusulas constantes nesta avença, bem como toda a legislação que trata da matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Será competente o foro da Comarca de Taió para dirimir eventuais dúvidas decorrentes da interpretação ou cumprimento deste Termo de Credenciamento, as quais não puderem ser solucionadas administrativamente pelas partes.

E por assim estarem justos e contratados, fizeram este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também o assinam.

Taió, _____ de _____ de 2021.

CÂMARA MUNICIPAL DE TAIÓ

**WILLIAM HENRIQUE NORILLER
PRESIDENTE**



**Município
de Taió**

EMPRESA CREDENCIADA

Testemunhas:

- 1)
- 2)



**Município
de Taió**

17

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2021

ANEXO II - MODELO PARA FICHA DE INSCRIÇÃO

_____, localizado à Rua/Av.
_____, Nº____, complemento ____, Bairro
_____, CEP_____, representado pelo Sr.
_____,profissão:_____
_____, estado civil:_____, portador do RG nº
_____, e do CPF nº_____, SOLICITA
INSCRIÇÃO PARA PARTICIPAR DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2021,
promovido pela CÂMARA MUNICIPAL DE TAIÓ, conforme edital.

Atenciosamente,

Assinatura/Data:

Nome Legível do representante legal: _____

Telefone_____, e-mail _____



**Município
de Taió**

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2021

ANEXO III - TERMO DE ADESÃO

A Instituição Financeira _____,
através de seu representante já devidamente identificado na Ficha de Inscrição,
declara sua ciência e anuência a todos os termos do **EDITAL DE CHAMAMENTO
PÚBLICO Nº 01/2021**, cujo objeto é o credenciamento de instituições financeiras
interessadas na concessão de crédito pessoal, mediante consignação em folha de
pagamento, em condições especiais, com redução de juros praticados, aos
servidores públicos ativos (titulares de cargos efetivos e de empregos públicos
permanentes), bem como aos ocupantes de empregos em comissão e de cargos
eletivos da Câmara Municipal de Taió, através de celebração de Termo de
Credenciamento (Anexo I).

Assinatura/Data:

Nome Legível do representante legal: _____

Telefone _____, e-mail _____



**Município
de Taió**

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2021

**ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO REFERENTE AO ARTIGO 7º XXXIII
DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.**

Declaramos, para todos os fins e efeitos de direito, sob as penas da lei, que nossa empresa atende ao disposto no artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal "XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos".

Taió, ____ de _____ de 2021.

Razão Social da empresa proponente
CNPJ:

Assinatura do representante legal
Cargo:
Carteira de identidade n.º:
CPF n.º:

(Obs.: Esta declaração deverá ser entregue dentro do envelope –
DOCUMENTAÇÃO)